

# Pegue o bastão

Título original: “Take Up the Baton”.  
In: HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Declaration, Kindle edition, 2012, pp. 4-9. eISBN: 9780786752911. Disponível em: <http://jacobinmag.com/2012/05/take-up-the-baton/>.  
Acesso: em 15 de maio de 2012.  
Inédito em português. Tradução: Thiago Mota | thmota@ufc.br

Isto não é um manifesto. Manifestos oferecem um relance de um mundo por vir e também trazem o sujeito à existência, o qual, todavia, precisa se materializar como um espectro para se tornar o agente da mudança. Manifestos trabalham como os antigos profetas, que, com o poder de suas visões, criam seus próprios povos. Os movimentos sociais dos dias atuais reverteram a ordem, tornando obsoletos manifestos e profetas. Os agentes da mudança já tomaram as ruas e ocuparam as praças, não apenas ameaçando e desestabilizando [*toppling*] governantes, mas também conjurando visões de um novo mundo. Mais importante, talvez, as multidões, através de sua lógica e de suas práticas, de suas palavras de ordem [*slogans*] e desejos, declararam um novo conjunto de princípios e verdades. Como sua declaração pode se tornar a base para a constituição de uma sociedade nova e sustentável? Como esses princípios e verdades nos guiam na reinvenção da maneira pela qual nos relacionamos com os outros e com nosso mundo? Em sua rebelião, as multidões precisam descobrir a passagem da declaração à constituição.

No início de 2011, nas profundezas da crise social e econômica caracterizada pela desigualdade radical, o senso comum parecia ditar que confiaremos nas decisões e no governo dos poderes dominantes, a menos que queiramos que desastres ainda maiores nos abatam. Os gestores [*rulers*] financeiros e estatais podem ser tiranos e podem ser vistos como os principais responsáveis pela criação da crise, mas não temos escolha. Ao longo de 2011, entretanto, uma série de lutas sociais despedaçaram aquele senso comum e começaram a construir um novo. *Ocupe Wall Street* foi o mais visível, mas foi apenas um momento em um ciclo de lutas que movimentou o terreno do debate político e abriu novas possibilidades para a ação política ao longo do ano.

2011 começou cedo. Em 17 de dezembro de 2010, em Sidi Bouzid, Tunísia, o vendedor ambulante de 26 anos, Muhamed Bouazzi, que, conforme os registros, tinha diploma em ciência da computação, pôs fogo em si mesmo. No final do mês, revoltas em massa atingiram Túnis com a reivindicação: “Ben

Ali degage!” e, com efeito, em meados de janeiro, Zine el-Abidine Ben Ali já era [*was already gone*]. Os egípcios pegaram o bastão e, com dezenas de milhares tomando as ruas regularmente, no final de janeiro, exigiram que Hosni Mubarak partisse. A Praça Tahrir, no Cairo, foi ocupada por apenas 18 dias até Mubarak partisse.

Protestos contra regimes repressivos rapidamente se espalharam para outros países no norte da África e no Oriente Médio, inclusive o Bahrain e o Iêmen e mesmo a Líbia e a Síria, mas a faísca da Tunísia e do Egito também pôs fogo mais longe. Os manifestantes que ocuparam a Assembleia Legislativa do Wisconsin em fevereiro e março expressaram sua solidariedade e reconheceram a ressonância com seus homólogos no Cairo, mas o passo crucial começou em 15 de maio com as ocupações das praças centrais de Madrid e Barcelona pelos chamados *indignados*. Os assentamentos<sup>1</sup> [*encampments*] espanhóis tiraram sua inspiração das revoltas tunisiana e egípcia e prosseguiram suas lutas de novas maneiras. Contra o governo liderado pelo socialista José Luis Rodriguez Zapatero, eles exigiram “¡Democracia real ya!”, recusando a representação de todos os partidos e promoveram grande número de protestos sociais, da corrupção dos bancos ao desemprego, da ausência de serviços sociais ao déficit habitacional e à injustiça dos despejos. Milhões de espanhóis participaram do movimento e a maioria da população apoiou suas reivindicações. Nos bairros ocupados, os *indignados* formaram assembleias para a tomada de decisão [*decision-making*] e comissões de pesquisa [*investigative commissions*] para explorar numerosas questões sociais.

Ainda antes dos assentamentos em na Puerta del Sol de Madrid serem desfeitos em junho, os gregos pegaram o bastão dos *indignados* e ocuparam a Praça Syntagma em Atenas para protestar contra medidas de austeridade. Logo depois, barracas surgiram no bulevar de Rothschild em Tel Aviv para exigir justiça social e bem-estar para os israelitas. No começo de agosto, depois que a polícia atirou em um negro britânico, tumultos estouraram em Tottenham e se espalharam por toda a Inglaterra.

Quando algumas centenas de ocupadores [*occupiers*] trouxeram suas barracas para o Zuccotti Park de Nova Iorque, em 17 de setembro, estava claro que era a sua vez de pegar o bastão. E, com efeito, suas ações e a expansão dos movimentos nos Estados Unidos e em todo o mundo têm de ser compreendidas a partir das experiências do ano que as precedeu.

Muitos dos que não participaram das lutas têm dificuldades em ver as conexões nessa lista de eventos. As rebeliões no norte da África se opuseram a regimes repressivos e suas demandas se centraram na deposição de tiranos, enquanto as demandas sociais muito numerosas dos assentamentos na Europa, Estados Unidos e Israel se dirigiam a sistemas representativos constitucionais. Além disso, o protesto das barracas [*tent protest*] dos israelitas (não chame isso de ocupação!) delicadamente equilibravam as reivindicações, tendo em vista permanecer em silêncio em relação à questão dos enclaves palestinos e seus direitos; os gregos estão enfrentando dívida soberana e medidas de austeridade de proporções históricas; e a indignação dos revoltosos [*rioters*] britânicos se dirigia a uma longa história de hierarquia racial – e eles nem sequer montaram barracas.

Cada uma dessas lutas é singular e orientada para condições locais específicas. A primeira coisa a observar, no entanto, é que elas, de fato, falaram umas com as outras. Os egípcios, é claro, nitidamente seguiram caminhos percorridos pelos tunisianos e adotaram suas palavras de ordem, mas os

<sup>1</sup> O termo mais adequado para traduzir o que os autores pretendem com *encampment* é “assentamento”, não no sentido geral, mas no emprego específico que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nele imprimiu ao longo de mais de três décadas de luta. Na semântica do MST, aliás, assentamento e ocupação (*occupation*) são muitos próximos, opondo-se, em particular, a latifúndio e invasão.

ocupadores da Puerta del Sol também pensaram em sua luta como continuação daquelas da Praça Tahrir. Por sua vez, os olhos daqueles que estavam em Atenas e em Tel Aviv estavam voltados para as experiências de Madrid e do Cairo. Os ocupadores de Wall Street tinham todos eles em vista, ao traduzirem, por exemplo, a luta contra o tirano em uma luta contra a tirania financeira. Pode-se pensar que eles estavam apenas enganados, que esqueceram ou ignoraram as diferenças entre as situações e reivindicações. Cremos, todavia, que eles tinham uma visão mais clara do que a daqueles que estavam fora da luta e que eles podem juntar sem contradição suas condições singulares e batalhas locais com a luta global pelo comum.

O homem invisível de Ralph Ellison, depois de uma viagem penosa por uma sociedade racista, desenvolveu a habilidade de se comunicar com outros em luta. “Quem sabe”, conclui o narrador em Ellison, “mas talvez, em frequências mais baixas, eu fale por você?” Hoje, do mesmo modo, aqueles que estão em luta se comunicam baixa frequência, mas, ao contrário do que havia nos tempos de Ellison, ninguém fala por eles. As baixas frequências são ondas de longa distância abertas para todos. E algumas mensagens só podem ser ouvidas pelos que estão em luta.

Esses movimentos, obviamente, compartilham uma série de características, a mais óbvia das quais é a estratégia de assentamento ou ocupação. Uma década atrás, os movimentos de alterglobalização eram nômades. Eles migravam de uma reunião de cúpula à outra, pondo às claras as injustiças e a natureza antidemocrática de uma série de instituições-chave do sistema global de poder: a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e os líderes nacionais do G8, entre outros. O ciclo de lutas que começou em 2011, pelo contrário, é sedentário. Em lugar de seguir o itinerário previsto no calendário das reuniões de cúpula, esses movimentos ficam lá e, de fato, recusam-se a sair. Sua imobilidade, em parte, deve-se ao fato de que eles estarem profundamente enraizados em questões sociais nacionais e locais.

Os movimentos também compartilham a organização interna como uma multidão [*multitude*]. As equipes da imprensa estrangeira procuraram, desesperadamente, por um líder dos movimentos na Tunísia e no Egito. Durante o período mais intenso da ocupação da Praça Tahrir, por exemplo, eles presumiam todo dia que uma figura diferente fosse o líder *real*: um dia era Mohamed ElBaradei, o ganhador do Prêmio Nobel, no dia seguinte o executivo do Google Wael Ghonim e assim por diante. A recusa dos movimentos a ter um líder pode ser reconhecida ao longo do ano todo, mas foi mais pronunciada em Wall Street. Uma série de intelectuais e celebridades passaram pelo Zuccotti Park, mas ninguém poderia considerar nenhum deles líder; eles eram convidados da multidão. Do Cairo e Madrid a Atenas e Nova Iorque, os movimentos, pelo contrário, desenvolveram mecanismos horizontais de organização. Eles não construíram quartéis gerais ou comitês centrais formais, mas se espalharam como enxames [*swarms*] e, mais importante, criaram práticas democráticas de tomada de decisão de maneira que todos os participantes pudessem liderar juntos.

Uma terceira característica que os movimentos exibem, embora de maneiras distintas, é o que concebemos como a luta pelo comum [*struggle for the common*]. Quando Mouhamed Bouazizi pôs fogo em si mesmo, seu protesto foi compreendido como contrário não apenas ao abuso que ele sofria nas mãos da polícia local, mas também ao compromisso social e econômico largamente compartilhado pelos trabalhadores do país, muitos dos quais são incapazes de encontrar trabalho adequado a suas formações. Com efeito, tanto na Tunísia quanto no Egito, os sonoros apelos de remoção do tirano fizeram muitos observadores, até então surdos em relação a questões sociais e econômicas profundas, engajar-se nos movimentos, bem como em ações cruciais dos sindicatos. Os fogos do tumulto de agosto em Londres também foram expressão do protesto contra a atual ordem econômica e social.

Como os revoltosos de Paris em 2005 e os de Los Angeles há mais de uma década, a indignação dos britânicos respondia a uma complexa configuração de questões sociais, a mais central das quais é a subordinação racial. Mas o quebra-quebra e os saques [*burning and looting*] em cada um desses casos também respondem ao poder das *commodities* e ao direito de propriedade [*rule of property*], que são eles próprios, claramente, veículos frequentes da subordinação racial. Essas são lutas pelo comum, portanto, no sentido de que elas contestam as injustiças do neoliberalismo e, em última instância, o direito de propriedade privada [*rule of private property*]. Isso, no entanto, não faz deles socialistas. De fato, vemos muito pouco dos movimentos socialistas tradicionais neste ciclo de lutas. As lutas pelo comum contestam o direito de propriedade privada e, ao mesmo tempo, opõem-se ao direito de propriedade pública [*rule of public property*] e ao controle do Estado.

Neste panfleto, pretendemos nos referir aos anseios e aos êxitos do ciclo de lutas que entrou em erupção em 2011, mas não o fazemos analisando-os diretamente. Ao invés disso, começamos investigando as condições sociais e políticas gerais nas quais eles emergem. Nosso ponto de ataque aqui são as formas dominantes de subjetividade produzidas no contexto da crise social e política presente. Empregamos quatro figuras subjetivas primárias – o endividado [*indebted*], o mediatizado [*mediatized*], o assegurado [*securitized*] e o representado [*represented*] – todos esses são subalternizados e sua capacidade de ação social é mascarada ou mistificada.

Movimentos de revolta e rebelião, pensamos, proveem os meios não apenas para recusar os regimes repressivos sob os quais sofrem essas figuras subjetivas, mas também para reverter [*invert*] essas subjetividades em figuras de poder. Eles descobrem, em outras palavras, novas formas de independência e de segurança nos terrenos econômico, bem como social e comunicacional, que juntos criam o potencial de descartar sistemas de representação política e de afirmar seus próprios poderes de ação democrática. Esses são alguns dos êxitos que os movimentos já obtiveram e que podem ser mais desenvolvidos.

Para consolidar e elevar os poderes dessas subjetividades, contudo, outro passo é necessário. Os movimentos, com efeito, já oferecem uma série de princípios constitucionais que podem ser a base para um processo constituinte [*constituent process*]. Um dos elementos mais radicais e de longo alcance deste ciclo de movimentos tem sido, por exemplo, a rejeição da representação e a construção alternativa da participação democrática. Esses movimentos também dão novos sentidos à liberdade, à nossa relação com o comum e a uma série de programas de ação [*arrangements*] política centrais, os quais excedem em muito os limites das constituições republicanas atuais. Esses são princípios fundamentais que já consideramos como direitos inalienáveis, como aqueles que foram anunciados ao longo das revoluções do século XVIII.

A tarefa não é codificar novas relações sociais em uma ordem fixa, mas ao invés criar um processo constituinte que organize essas relações e torne-as mais duradouras e, ao mesmo tempo, promova inovações futuras, permanecendo aberto aos desejos da multidão. Os movimentos declararam uma nova independência e um poder constituinte precisa levá-la a diante.